

ATA NÚMERO 123/XII/2ª SL

16.abril.2013 – 14h00

Aos 16 dias do mês de abril de 2013, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 03, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Projeto de Lei n.º 363 /XII/2ª que “Reforça a representação das organizações de juventude no Conselho Económico e Social (5ª. Alteração à Lei n.2 108/91, de 17 de agosto”

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Luís Fazenda-BE

5. Petição 241/XII/2ª da iniciativa de Luis Pereira de Quintanilha e Mendonça Dias Torres Magalhães que “Solicitam a não integração da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT)”.

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado relator:** Miguel Tiago - PCP

6. Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui um programa de apoio à localização e à vigilância no espaço COM(2013) 107.

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Maria José Castelo Branco - PSD

7. Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Tratado da OMPI sobre as interpretações e execuções audiovisuais [COM(2013)109

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Ana Sofia Bettencourt – PSD

8. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, que requer uma audição com o Ministro da Educação e Ciência, para que preste esclarecimentos sobre o futuro na escola pública nomeadamente as recentes declaração do 1º Ministro sobre a contenção da despesa pública na área da educação

- **Apreciação e votação**

9. Audição da Presidente da Ciência Viva, Doutora Rosalia Vargas no âmbito do Programa da Ciência

10. Audição da Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Professora Doutora Ana Maria Bettencourt, apresentação do Relatório sobre o estado da Educação 2012: Autonomia e Descentralização

11. Audiência com um Grupo de Parlamentares da Duma Estatal da Assembleia Federal da Rússia

12. Outros assuntos

13. Data da próxima reunião

Dia 24.abril.2013 - 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas n.ºs 121 e 122, relativas às reuniões de 9 de abril e 10 de abril, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente da Comissão referiu-se às iniciativas a desenvolver no âmbito da Ciência, tendo sido deliberado o seguinte:

- A visita ao Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto, agendada para o dia 27 de maio, foi adiada para 3 de junho, visto realizar-se naquela data a sessão nacional do ensino secundário do Parlamento dos Jovens.
- A Conferência sobre o estado da arte da Ciência e seu financiamento em Portugal, prevista para o dia 15 de maio, foi adiada, por proposta da Sra. Deputada Elza Pais, devendo a mesma ser agendada para o próximo mês de setembro ou outubro.
- O Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia endereçou um convite à Comissão e à Sra. Deputada Elza Pais para uma visita àquele Instituto. Refere o ofício que dois deputados do PCP solicitaram uma visita e reunião no Laboratório, contrapondo este com uma visita da Comissão.

O Sr. Presidente da Comissão referiu ter abordado este assunto com o Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) e propôs a aceitação do convite, depois de realizada a visita do PCP àquele Laboratório.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) agradeceu a sugestão apresentada pelo Sr. Presidente e lembrou que o PCP já endereçou vários pedidos de visita ao Laboratório de Nanotecnologia, todos eles rejeitados, pelo que encetou contactos com o gabinete

da Senhora Presidente da Assembleia da República, para que sejam tomadas as devidas diligências.

A Comissão deliberou aceitar o convite depois de satisfeita a pretensão do PCP.

- O Sr. Presidente recordou as iniciativas ainda a desenvolver neste âmbito: 4 audições e 2 visitas, incluindo ao Laboratório Ibérico de Nanotecnologia.

3.2. O Sr. Presidente recordou a realização, no dia 17 de abril, às 18h00, do Café de Ciência, dedicado ao tema: *Ciências do Espaço, oportunidades na Terra*, que contará com a presença da Sra. Secretária de Estado da Ciência e do Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

3.3. Relativamente à Proposta de Lei n.º 137/XII, que *Procede à segunda alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança*, foi aprovada a seguinte metodologia para apreciação na especialidade:

- A tramitação será efetuada pelo Grupo de Trabalho do Desporto
- 05 de maio - Data limite para receção de contributos das entidades do setor
- 06 de maio - Distribuição dos contributos
- 09 de maio - Apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares
- 10 de maio - Distribuição do mapa comparativo
- 14 de maio (manhã) - Análise e votação na especialidade no Grupo de Trabalho
- 14 de maio (tarde) ou 15 de maio (manhã) - Análise e votação na especialidade na Comissão

Foi aprovada a lista de entidades a consultar. Por proposta do Sr. Deputado Acácio Pinto (PS), os Grupos Parlamentares ficaram de apresentar, até ao dia seguinte, a indicação de outras entidades.

3.4. O Sr. Presidente informou que a Comissão de Assuntos Europeus remeteu à Comissão o relatório de acompanhamento da participação de Portugal na UE “Portugal na União Europeia – 2012”, solicitando a emissão de parecer até 10 de maio de 2013. Foi deliberado apreciar o parecer na reunião da Comissão de 7 de maio, cabendo ao BE a indicação do relator.

3.5. O Sr. Presidente informou que foi recebido um pedido de audiência do Conselho Português de Ressuscitação que, a propósito do projeto de Resolução n.º 590/XII (CDS-PP) – *Recomenda ao Governo que introduza no 3º ciclo do Ensino Básico das escolas nacionais uma formação de frequência obrigatória em suporte básico de vida* - pretende clarificar o papel do Conselho Português de Ressuscitação e colaborar no processo de definição legislativa que permita a concretização da formação de todos os cidadãos em ambiente escolar em competências em suporte básico de vida.

Foi deliberado que esta audiência será realizada de acordo com o sistema do deputado-piloto, tendo sido indicado o CDS-PP para proceder ao seu agendamento, por se tratar de uma iniciativa sua.

3.6. Foram apreciados os seguintes relatórios, que não mereceram qualquer observação por parte dos Deputados: audição conjunta a José Mário Costa (Ciberdúvidas) e Roberto Moreno (Geolíngua), do GT Acordo Ortográfico; audiência com professoras de Educação

Especial, sobre aplicação do despacho 866/2013, do GT da Educação Especial, e visita ao Projeto Querença, Loulé, no Âmbito da Ciência.

4. **Projeto de Lei n.º 363 /XII/2ª** que “Reforça a representação das organizações de juventude no Conselho Económico e Social (5ª. Alteração à Lei n.2 108/91, de 17 de agosto”

A apreciação do parecer foi adiada para a reunião de 24 de abril, por não ter sido distribuído.

5. **Petição 241/XII/2ª da iniciativa de Luis Pereira de Quintanilha e Mendonça Dias Torres Magalhães** que “Solicitam a não integração da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT)”.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o relatório, chamando a atenção para a necessidade de se incluir no ponto III, a referência à Apreciação Parlamentar n.º 45/XII (PS) - *Decreto-Lei n.º 266-G/2012, de 31 de dezembro que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 125/2011, de 29 de dezembro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência.*

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) agradeceu a referência à Apreciação Parlamentar do PS, visto tratar-se de uma matéria conexas com a petição. Considerou ainda que a fusão é nefasta para a Ciência em Portugal, por implicar a perda de autonomia na contratualização de peritos e na capacidade de os colocar em patamares de excelência.

O relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

6. **Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO** que institui um programa de apoio à localização e à vigilância no espaço COM(2013) 107.

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

7. **Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Tratado da OMPI sobre as interpretações e execuções audiovisuais [COM(2013)109

A Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) apresentou o parecer.

Interveio o Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP), que cumprimentou a relatora pelo caráter fatural e preciso do parecer e afirmou que o Tratado de Pequim lhe merece dúvidas, pelo que questionou se a adesão da União Europeia não carece de ratificação pelos Estados Membros.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) afirmou que em futuras diretivas da Comissão Europeia, decorrentes do Tratado de Pequim, deverá ser questionado o princípio da subsidiariedade, entendendo que a União Europeia está a impor aos Estados Membros questões com as quais poderão não concordar.

A Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) referiu que a questão do princípio da subsidiariedade deverá ser abordada na Comissão de Assuntos Europeus.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

8. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, que requer uma audição com o Ministro da Educação e Ciência, para que preste esclarecimentos sobre o futuro na escola pública nomeadamente as recentes declaração do 1º Ministro sobre a contenção da despesa pública na área da educação

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) apresentou o requerimento, sublinhando a importância de se ouvir o Senhor Ministro da Educação e Ciência antes de os factos estarem consumados.

A Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) afirmou que está agendado, para sexta-feira, o debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro, que poderá prestar esclarecimentos sobre esta matéria.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que as medidas anunciadas terão um impacto transversal no Governo, representado pelo Senhor Primeiro-Ministro, que virá ao Parlamento naquela semana, pelo que terá oportunidade de responder a estas questões.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) considerou importante conhecer as medidas previstas e os seus impactos na desfiguração social do Estado, entendendo que um debate com o Primeiro-Ministro não permitirá uma discussão aprofundada sobre estas matérias.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) afirmou que é urgente a audição do Ministro da Educação e Ciência, para se conhecerem e debaterem as medidas recentemente anunciadas. Fez ainda alusão às conclusões do relatório do Conselho Nacional de Educação, recentemente divulgado, que apontam para cortes significativos no investimento na área da Educação.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) disse registar o ato político dos partidos que suportam a maioria, que não querem discutir com o Ministro da Educação e Ciência os cortes no setor da Educação.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos favoráveis do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

9. Audição da Presidente da Ciência Viva, Doutora Rosalia Vargas no âmbito do Programa da Ciência

A Dra. Rosalia Vargas agradeceu a oportunidade de poder apresentar o trabalho levado a cabo pelo programa Ciência Viva, que foi criado em 1996 e que tem a colaboração de 10 laboratórios associados.

Apresentou, de seguida, as três grandes linhas de intervenção da Ciência Viva:

- Educação Científica, com atividades nas áreas da educação científica, ensino experimental e ocupação científica dos jovens nos laboratórios.

Fez referência a dois concursos lançados recentemente: *Pais com Ciência*, dirigido a pais de alunos do ensino básico, que contou com 93 projetos, e *Escolher Ciência*, destinado a alunos do secundário, do qual resultaram 135 projetos.

Referiu-se ainda à ocupação científica de jovens nas férias, através de estágios científicos em laboratórios de investigação, que já envolveram mais de 10.000 jovens estudantes, desde 1997, e ao apoio a projetos e parcerias internacionais, como por exemplo as olimpíadas, o concurso Jovens Cientistas, o Robocup Festival Nacional de Robótica.

- Divulgação da ciência e da tecnologia, onde se incluem conferências, exposições, ciência e media, o programa Ciência Viva no Verão, Semana da C&T, entre outros.

Fez alusão à enorme procura do Programa Ciência Viva no Verão, que prevê centenas de projetos para milhares de pessoas, ao financiamento a projetos no âmbito da MEDIA CIÊNCIA, à ciência viva na imprensa regional e ao FAMELAB, uma competição internacional de comunicação de ciência.

- Rede nacional de centros ciência viva, uma rede nacional de centros interativos de ciência, que nasceu há 14 anos e que conta já com 20 centros, todos diferentes e que constituem um contributo muito relevante na aproximação do cidadão à ciência.

Por último, fez referência às exposições em exibição no Pavilhão do Conhecimento e às que estão previstas para os próximos tempos e que entrarão no mercado internacional.

A Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD) felicitou a Dra. Rosalia Vargas pelo trabalho que desenvolve e que tem atraído os jovens e as crianças para a ciência. Colocou ainda algumas questões, nomeadamente sobre a forma de envolvimento dos pais no projeto *Pais com Ciência*, sobre a questão da eventual sazonalidade das atividades e ainda sobre o papel da Ciência Viva na literacia dos media.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) saudou a Dra. Rosalia Vargas pelo seu trabalho e referiu-se ao incremento da ciência em Portugal, desde 1996, que nos coloca ao nível mais elevado de alguns rankings europeus. Questionou ainda sobre os constrangimentos que se colocam ao desenvolvimento deste programa no quadro de crise económica e sobre as estratégias que pensam desenvolver para ultrapassar esses mesmos constrangimentos.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) cumprimentou a Presidente da Ciência Viva e referiu-se à importância da divulgação científica. Questionou ainda sobre os impactos diretos do desinvestimento público na área da divulgação científica e sobre as perspetivas em termos de planificação e de objetivos.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) saudou a Dra. Rosalia Vargas pela qualidade da exposição e colocou algumas questões, nomeadamente sobre a gestão orçamental e as ameaças que se colocam à expansão da atividade que a Ciência Viva tem vindo a desenvolver.

A Dra. Rosalia Vargas esclareceu que o orçamento da Ciência Viva provém do Orçamento do Estado, de receitas próprias e de projetos internacionais, sobretudo projetos europeus. Afirmou ainda que conta com a generosidade da comunidade científica, que tem vindo a aumentar.

Relativamente à sazonalidade das ações, esclareceu que existe um elevado número de ações no verão, pese embora existam outras iniciativas que decorrem durante todo o ano.

Sublinhou ainda que a Ciência Viva emprega 92 trabalhadores, com diferentes tipos de contrato, sendo que a média de visitantes ao Pavilhão do Conhecimento é de 800 por dia.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na internet](#).

10. Audição da Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Professora Doutora Ana Maria Bettencourt, apresentação do Relatório sobre o estado da Educação 2012: Autonomia e Descentralização – 16h00

A Sra. Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) começou por agradecer a oportunidade de apresentar aos Deputados da Comissão as conclusões do relatório sobre o *Estado da Educação 2012 - Autonomia e Descentralização*, para o qual contribuíram os

resultados dos Censos 2011 e os dados sobre a caracterização social dos estabelecimentos de ensino.

Fez, de seguida, uma breve caracterização da população, no que concerne às suas qualificações: relativamente à população residente com mais de 15 anos, verificam-se grandes contrastes, sendo que perto de três milhões e meio de indivíduos não possuem nenhum diploma ou apenas o 1º ciclo do ensino básico e mais de dois milhões e meio têm qualificação de nível secundário, pós secundário ou superior. Digna de registo é a quebra de abandono precoce.

Destacou ainda a diversidade socioeconómica: estão abrangidos pela ação social escolar, do 2º ciclo ao secundário, 42% no Continente, 58% nos Açores e 55% na Madeira. 3,4% dos alunos dos ensinos básico e secundário são alunos com necessidades educativas especiais.

Relativamente ao contexto socioeconómico e cultural das escolas públicas, num universo de 1062 Unidades Orgânicas (com dados disponíveis), quase 2/3 encontram-se nos grupos economicamente desfavorecidos. Mais de 2/3 dos alunos de condição socioeconómica e cultural mais desfavorecida estão na região norte e metade dos alunos do grupo mais favorecido estão na região de Lisboa, pese embora os alunos das escolas do Norte e do Centro apresentem melhores resultados.

Foram apontados como desafios para os próximos anos:

- Conseguir ter mais jovens na escola e no ano adequado à idade;
- Aumentar o nível de eficiência e eficácia do sistema;
- Reduzir a percentagem de alunos que não atinge o nível intermédio;
- Aumentar a percentagem de alunos que atinge os níveis superiores;
- Abrir o ensino superior a novos públicos: 12% dos inscritos pela primeira vez são maiores de 23 anos (2010-2011);
- Aumentar a oferta de CET no ensino superior (7 064 inscritos em 2011-2012).

Relativamente ao orçamento da Educação, encontra-se ao nível de 2001.

Por último, foram apontadas as seguintes recomendações:

- Estabilidade e prossecução das políticas educativas;
- Em tempos de crise, Educação e Ciência são garantia de futuro: alerta continuado sobre os efeitos da crise nas escolas e nos percursos escolares dos alunos, oportunidade para qualificar jovens e adultos e sustentabilidade da educação e formação de adultos permitindo que todos os cidadãos possam atingir patamares educacionais mais elevados e ver reconhecidos os níveis de educação e formação adquiridos ao longo da vida.
- Plano estratégico para o desenvolvimento da educação;
- Vencer as desigualdades: no acesso e sucesso escolar, entre gerações e entre sexos, entre regiões e entre municípios e entre escolas;
- Promover a autonomia e a descentralização;
- Clarificar as competências da administração central e dos municípios;
- Reforçar a autonomia das instituições educativas;
- Melhorar as condições de acesso e equidade na rede nacional de educação pré-escolar;
- Prosseguir esforços para a universalização da educação de infância a partir dos 4 anos de idade;
- Nos Ensino Básico e Secundário: intervenção para vencer os atrasos sistemáticos na escolaridade dos alunos: substituir as repetências por apoio à superação de dificuldades de aprendizagem; aposta na transparência e comparabilidade dos

resultados da aprendizagem (exames); cumprimento da nova obrigatoriedade escolar, em condições de equidade e de justiça; currículo aberto e coerente, atento às mudanças, construído e revisto de forma participada, respeitador da autonomia das Regiões e das instituições e da competência profissional dos atores; autonomia das escolas e descentralização; orientação escolar e profissional como função estratégica na qualificação.

- Ao nível do ensino superior, sustentabilidade das mudanças introduzidas (Bolonha, RJIES, Sistema de Avaliação e Acreditação), regulação do sistema de ensino superior pela tutela (rede), reforço do apoio social a estudantes e prevenção do abandono escolar e salvaguarda da autonomia institucional em tempo de crise.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) agradeceu a exposição e sublinhou que não é claro que o aumento do investimento em Educação resulte numa melhoria do desempenho dos alunos e que o aumento do número de alunos por turma resulte numa diminuição do desempenho. Lembrou ainda que Portugal investiu mais, nos últimos anos, do que a média dos países da UE e realçou os progressos ao nível do sucesso escolar e da redução do abandono precoce. Solicitou, por fim, a posição da Sra. Presidente do CNE sobre a autonomia das escolas, sobre a maior abertura no que diz respeito à gestão dos currículos e sobre a descentralização de competências para os municípios.

A Sra. Deputada Odete João (PS) agradeceu a sistematização dos dados e fez referência ao programa Novas Oportunidades, que contribuiu para colmatar a diferença de qualificações entre mais novos e mais velhos, lamentando que o Governo tenha desmantelado a estrutura montada em relação à Educação de Adultos. Referiu-se aos novos programas da Matemática, recentemente anunciados pelo Governo, considerando que as mudanças permanentes não criam condições para o sucesso e provocam a desmotivação dos profissionais. Assim, considerou fundamental a estabilidade das políticas educativas para o desenvolvimento estratégico nesta área.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) agradeceu a apresentação e referiu que nem sempre existe uma correlação direta entre o investimento e a qualidade, apontando a situação económica que se vive no norte do País, sendo que é exatamente nessa zona que se registam os melhores resultados dos alunos, pese embora reconheça o eventual recurso a outras estratégias no terreno. Relativamente à temática deste relatório – Autonomia e Descentralização -, considerou-a muito pertinente.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) agradeceu a exposição e referiu-se ao crescente subfinanciamento na área da Educação, à precariedade do corpo docente e não docente, ao encerramento de escolas e ao fim da gestão democrática, considerando que correspondem a enormes retrocessos. Considerou que a instabilidade das políticas, que tem dominado a área da Educação, tem destruído, ano após ano, a escola pública e disse subscrever algumas das recomendações apontadas, com destaque para o reforço das bolsas no ensino superior, como forma de colmatar desigualdades.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) saudou a Sra. Presidente do CNE pela apresentação e referiu-se aos progressos registados na última década na educação e qualificação dos portugueses, considerando, no entanto, que poderá estar em risco a consolidação destes resultados, dado o desinvestimento público na área Educação, que poderá ter reflexos a vários níveis.

O Sr. Presidente da Comissão referiu-se à necessidade de acelerar os níveis de recuperação de alunos e questionou sobre as medidas ou estratégias sugeridas pelo CNE para resolver alguns dos problemas identificados no relatório

A Sra. Presidente do CNE fez referências às iniciativas já previstas com universidades e com a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, no sentido do aprofundamento das matérias

constantes do relatório, tendo manifestado disponibilidade para organizar debates com a Assembleia da República, neste mesmo sentido.

Relativamente aos resultados dos alunos, considerou importante melhorar as taxas de recuperação e, no que diz respeito à região de Lisboa, considerou que, embora se verifiquem melhores condições económicas, a multiculturalidade e as inúmeras fragilidades desta zona explicam os resultados obtidos.

Referiu-se ainda à necessidade de estabilidade das políticas para a melhoria dos resultados, apontando como um exemplo o caso da Finlândia.

Relativamente ao financiamento, considerou que o investimento abaixo de 4% do PIB é preocupante, encontrando-se ao nível da Indonésia. No que concerne ao número de alunos por turma, entende que devem existir limites.

Pronunciou-se ainda em relação à educação de adultos, considerando que constitui um grande desafio, uma vez que existem em Portugal muitos adultos jovens muito pouco escolarizados. Defendeu ainda a generalização do pré-escolar para a melhoria das aprendizagens e o desenvolvimento da formação profissional, sendo que todos os estudos apontam no sentido de que mais qualificação corresponderá a mais emprego.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na internet](#).

11. Audiência com um Grupo de Parlamentares da Duma Estatal da Assembleia Federal da Rússia – 17h30

O Presidente da Comissão informou que se encontravam presentes deputados do PSD, PS, CDS-PP (ele próprio), PCP e PEV, indicando que a Assembleia da República tem mais 1 Grupo Parlamentar, o BE. Deu depois algumas informações gerais sobre o funcionamento e as atividades da Comissão.

O Presidente da delegação russa, Aleksandr Romanovitch, referiu que é deputado da Duma Estatal desde dezembro de 2011, pertence ao partido Rússia Justa e é Vice-Presidente da Comissão de Relações Internacionais. Apresentou depois os outros 2 deputados, Ekaterina Kuzmitcheva, do partido Rússia Unida, que é Vice-Presidente da Comissão de Cultura e Mikhail Zapolev, do partido Comunista da Rússia, que é membro da Comissão de Educação e Ciência.

A deputada Ekaterina referiu a beleza do edifício da AR e indicou que se verifica uma nova etapa na relação entre o Parlamento da Rússia e o de Portugal, pelo que acolheram o convite do Grupo de Amizade, prevendo desenvolver processos nas respetivas áreas de competência. Informou depois que está na Duma na 2.ª legislatura, tendo estado na 1.ª na Comissão de Educação e estando agora na da Cultura.

Informou que na Rússia trabalharam durante 4 anos na preparação de uma lei integrada, que abrangesse a educação desde o nível pré-escolar até ao ensino superior, tendo recebido muitos pareceres e contributos de cidadãos. Essa lei integrada foi aprovada em 2012 e iniciou a sua vigência em janeiro de 2013. O Comité de Educação da Duma acompanha a aplicação da lei. Informou ainda que também têm um Comité de Ciência, que coopera com o de Educação.

Indicou que na Cultura não existe uma lei integrada, estando o Comité de Cultura a trabalhar num projeto para esse efeito. Informou que o Comité respetivo organiza atividades com uma base federal e indicou várias pessoas bem conhecidas que trabalham no mesmo, nomeadamente um realizador e um cantor.

De seguida, questionou como se trabalha na Comissão de Educação, Ciência e Cultura e quais as principais questões tratadas e manifestou esperança de que haja um estreitamento da cooperação a nível da educação, ciência e cultura.

O Presidente da Comissão indicou depois que a mesma tem competências nas áreas da educação, ciência, cultura, desporto e juventude, tratando do processo legislativo inerente e desenvolvendo os processos de fiscalização do Governo em relação a essas matérias.

Interveio depois a deputada Conceição Pereira (PSD) que manifestou o desejo de que haja uma intensificação da cooperação e do conhecimento mútuo no trabalho dos dois parlamentos. Referiu depois que se verifica um esforço financeiro nacional de contenção em todas as áreas. Realçou ainda o esforço no combate ao abandono escolar, informou que o ensino obrigatório vai até ao 12.º ano, indicou que não há leis integradas na Educação ou na Cultura e mencionou que a Comissão acompanha todos os processos legislativos, da iniciativa do Governo ou dos Grupos Parlamentares/deputados representados na AR.

O Presidente da Comissão informou que existe uma lei de bases do sistema educativo desde 1986, que tem sofrido algumas alterações, e bem assim vários diplomas de desenvolvimento daquela lei.

A deputada Odete João (PS) realçou a importância do estreitamento de laços entre os 2 parlamentos. Referiu depois que a lei de bases do ensino abrange a educação e o ensino do pré-escolar ao ensino superior, definindo as modalidades de ensino, a contratação de professores, os apoios a dar, etc. Indicou depois, quanto às áreas de competência da Comissão, que no Governo as mesmas são da responsabilidade do Ministro da Educação e Ciência, do Secretário de Estado da Cultura (na dependência direta do 1.º Ministro) e do Secretário de Estado do Desporto e Juventude (integrado no Ministério da Presidência e dos Assuntos Parlamentares), pelo que a Comissão, no âmbito da fiscalização do Governo, tem relações com 1 Ministro e 2 Secretários de Estado.

O deputado Miguel Tiago (PCP) realçou as dificuldades financeiras do país e a situação que considera de destruição do Estado Social. Referiu que não obstante se tenha verificado o alargamento da escolaridade obrigatória do 9.º para o 12.º ano, houve uma diminuição de cerca de 35.000 professores e se assiste, genericamente, ao desmantelamento dos direitos dos portugueses. Manifestou ainda o desejo de que se verifique um estreitamento das relações com a Rússia.

A deputada Heloísa Apolónia (PEV) salientou como aspetos políticos mais relevantes na área da Educação, do ponto de vista dos Verdes, a existência de um número de crianças que chega à escola com fome e o despedimento de professores, com consequências a nível do aumento do desemprego.

O Presidente da Comissão referiu que a mesma não tem subcomissões, mas sim Grupos de Trabalho (com representantes dos vários Grupos Parlamentares) e Relatores (individuais) de várias temáticas. Informou que é feito o acompanhamento de todo o processo legislativo (incluindo propostas de lei do Governo, apreciação de decretos-lei do mesmo e projetos de lei dos Grupos Parlamentares), a apreciação de petições, o acompanhamento de iniciativas da União Europeia, a audição de forças da sociedade (entidades, sindicatos) e a realização de visitas a escolas e a outras entidades.

Indicou ainda que no âmbito da fiscalização do Governo, são realizadas 4 audições anuais de cada membro do mesmo sobre a política para o setor, com uma duração entre 3h a 4h. Referiu também as audições por requerimento dos Grupos Parlamentares. Para além disso, mencionou que são promovidas várias iniciativas no parlamento, nomeadamente conferências, audições, etc.

Tendo ainda feito referência ao Café de Ciência, que se realizava nesse dia, a deputada Ekaterina questionou quais os resultados do mesmo, tendo o Presidente da Comissão realçado que é uma forma de aprofundar o diálogo com os cientistas e saber quais os projetos que estão a desenvolver.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

12. Outros assuntos

13. Data da próxima reunião

Dia 24.abril.2013 - 10h00

A reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de abril 2013

O PRESIDENTE

(Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Elza Pais
Emília Santos
Jacinto Serrão
João Prata
Laurentino Dias
Maria Gabriela Canavilhas
Maria Manuela Tender

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques